

LEI MUNICIPAL Nº 988 DE 26 DE NOVEMBRO 2009.

Lâmiera Municipal de Lique Lique Secretaria-Geral da Mesa

Dispõe Sobre a Organização do Município Bairros. Logradouros, Denominação de Recebida em 26/11/2009 Logradouros, Denominação de Estabelecimentos Públicos e Emplacamento e dá outras providências.

Secretaria-Geral a Mess MUNICIPAL DE XIQUE-XIQUE, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPITULO I DA DENOMINAÇÃO DOS BAIRROS E LOGRADOUROS PUBLICO DO **MUNICÍPIO**

Art. 1º - A denominação de bairros e logradouros da Sede do Município far-se-á por iniciativa do Poder Executivo ou do Legislativo Municipal, de acordo com o disposto na presente Lei.

Art. 2º - Para efeito desta Lei entende-se por:

I - Bairro - Conjunto de logradouros e quarteirões de uma determinada área com espaços públicos e privados, que tendem a exigir atividades complementares, equipamentos e serviços públicos.

II - Logradouros:

- a) Rua via de rolamento de veículos com uma faixa por direção de tráfego, dividindo-se em:
- a.1) Via Arterial Têm a função de articular fluxos interurbanos removendo a ligação entre cidades e/ou centros de maior concentração de atividades, e devem apresentar tráfego direto com acesso controlado, tratamento nas intercessões dando acesso às áreas, por meio de vias marginais;
- a.2) Via Principal São as mais importantes vias de um sistema viário, que têm a função de conciliar o tráfego geral de passagem interurbano, com a circulação local, devendo assegurar fluidez no tráfego geral e no transporte coletivo e, ainda, apresentar, nas áreas adjacentes, uso urbano avançado com significativo fluxo de pessoas e veículos;

a.3) Via Coletora - Complementares às vias principais, têm a função de coletora e distribuidora dos fluxos interurbanos, interligando os fluxos entre as vias principais e as vias locais, além de promover a ligação bairros/centros de bairros e vizinhança;

a.4) Via Local - são aquelas que permitem a circulação no interior do bairro e interliga as áreas residenciais, comerciais e de serviço local às vias coletoras.

a.5) Via de Pedestre - têm a função de estabelecer zonas exclusivas para circulação de pedestre, separadamente do tráfego geral de veículos.

b) Praça - o espaço de uso exclusivo de pedestre, localizado no cruzamento de duas ou mais vias de rolamento ou no meio do quarteirão entre edificações;

c) Avenida - logradouro mais largo e importante para circulação urbana, geralmente com árvores:

> Pç. Dom Máximo, 384, 1º andar, Centro - CEP: 47400-000 CNPJ 13.880.257/0001-27 - TEL: (74) 3661-1556 / FAX: (74) 3661-1208 - www.xiquexique.ba.gov.br



- d) Ciclovia via exclusiva para a prática do ciclismo;
- e) Pista de Cooper via exclusiva para a prática de caminhadas ou corridas;
- f) Quarteirão ou Quadra resultado da agregação de vários lotes que formam um conjunto com acesso comum.
- Art. 3º Na definição dos novos nomes para os logradouros e bairros do Município, serão observados os seguintes requisitos:
 - I nome de brasileiros já falecidos e pessoas que se destacaram:
 - a) em virtude de relevantes serviços prestados ao Município, Estado ou País;
 - b) por sua cultura e projeção em qualquer ramo do saber;
 - c) pela prática de atos heróicos e edificantes.
- II nomes de fácil pronúncia tirados da história, geografía, flora, fauna e folclore brasileiro;
- ${f III}$ nome de fácil pronúncia extraídos da Bíblia Sagrada , datas e santos do calendário religioso;
 - IV datas de significação especial para a história do Município, do Estado ou do Brasil;
- V quando houver segmento de logradouro no mesmo sentido e em novo loteamento no limite do bairro, será mudada a redação da Lei existente, dando sequência ao logradouro.
- § 1º Antes de definir o nome a ser proposto para o novo logradouro e/ou bairro, deverá ser feita uma consulta prévia ao Cadastro Imobiliário, departamento da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, no intuito de certificar-se de que o nome apresentado não é denominador de nenhum outro logradouro e/ou bairro.
- § 2º Os nomes de pessoas deverão conter o mínimo indispensável à sua imediata identificação, inclusive título.
- § 3º Na aplicação das denominações deverão ser observadas tanto quanto possível a concorrência do nome com o ambiente local e, ainda, o seguinte:
- I nomes de um mesmo gênero ou região serão, sempre que possível, agrupados em ruas principais;
 - Π nomes mais expressivos deverão ser usados nos logradouros mais importantes.
- § 4° Não será admitida a duplicidade de denominação que se outorgar, para mais de um logradouro do mesmo tipo.
- Art. 4°- O projeto de Lei que tenha por finalidade alterar a denominação de via ou logradouro público municipal deverá estar instruído com:
 - I cópia do ato que tenha denominado anteriormente o logradouro;
 - II planta ou croqui contendo a localização exata do logradouro público;
- III memorial descritivo contendo a denominação das ruas que fazem confluência com a via ou logradouro a ter a denominação alterada;
- IV abaixo assinado contendo a adesão de mais da metade dos moradores ou domiciliados naquela via ou logradouro público, devidamente identificados;
- V certidão fornecida pela Prefeitura de que não há outra via, logradouro público, ou próprio municipal com a denominação proposta no Projeto de Lei.
- Art. 5°- O autor do Projeto de Lei que tiver por finalidade denominar via, logradouro público ou próprio municipal fica responsável pela obtenção de documentos aludidos nos artigos desta Lei.



Art. 6°- Quando da alteração de denominação de via, logradouro público, ou próprio municipal, a nova placa deverá conter a denominação atual e a antiga.

CAPÍTULO II DO EMPLACAMENTO DAS VIAS PÚBLICAS

Art. 7º - As placas de nomenclatura das vias públicas serão colocadas nas esquinas das mesmas, em ambos os lados.

Parágrafo único - Nos casos de vias extensas que atravessam 02 (dois) ou mais bairros, serão colocadas placas espaçadas sempre na altura do começo de cada bairro.

- Art. 8º As placas de nomenclatura das vias públicas serão de ferro esmaltado, com letras e números azuis com fundo branco.
- § 1º. A Prefeitura Municipal poderá adotar outro tipo de placa como padrão, desde que seja confeccionada em material equivalente e que permita a perfeita legibilidade.
- § 2º. A comunidade poderá fazer doação das placas de nomenclatura das vias públicas, constando nestas a identificação dos doadores, desde que observados o padrão utilizado pela municipalidade.
- Art. 9°- A referida placa obedecerá as medidas padrões, já existente no Município.

Parágrafo único - As placas deverão ser confeccionadas em material que permita perfeita legibilidade.

Art. 10° - O serviço de emplacamento de logradouros públicos é privativo da Prefeitura Municipal.

Parágrafo único - O Poder Executivo Municipal poderá conceder à iniciativa privada, através de processo licitatório, permissão para a execução dos serviços de emplacamento de que trata o "caput" deste artigo, ou ainda para colocação de postes nas esquinas das ruas contendo o nome do logradouro e texto publicitário.

Art. 11º - Fica o Poder Executivo Municipal obrigado a manter as placas de denominação de vias e logradouros públicos contendo o número do Código de Endereçamento Postal (CEP), em locais visíveis de forma a permitir a adequada orientação dos transcuntes e a localização dos endereços.

CAPÍTULO III DA DELIMITAÇÃO DE BAIRROS

- Art. 12º Ficam delimitados os bairros já existentes na área urbana desta cidade, conforme suas Leis de criação.
- Art. 13° A partir da vigência desta Lei, para se criar ou se denominar uma área ou loteamento como bairro, é imperativo que se preencham os seguintes requisitos:



- I a área ou loteamento deve possuir no mínimo 15 (quinze) ruas abertas;
- III ter implantado os serviços de água, esgoto e iluminação pública em toda a área;
- IV estar dotado de, no mínimo, 02 (dois) equipamentos urbanos em funcionamento, a saber:
 - a) creche ou escola;
 - b) posto médico ou Posto Policial;
 - c) duzentos Domicílios.
 - d) praça ou equipamento de lazer.

CAPÍTULO IV DA DENOMINAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS PUBLICOS

- Art. 14º A denominação dos estabelecimentos oficiais de ensino público municipal deverá levar em consideração como segue:
- I homenagear, preferencialmente, educador cuja vida tenha se vinculado, de maneira especial e intensa, com a comunidade na qual se situa a escola a ser denominada;
- II homenagear personalidade que, não tendo sido educador, tenha uma biografia exemplar no sentido de estimular os educandos para o estudo.
- Art. 15° O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no que couber no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua publicação.
- Art. 16° Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 17º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, em 26 de Novembro de 2009.

REINALDO BRAGA FILHO
Prefeito de Xique-Xique

PUBLICADO

Osvaldo Barbosa Secretário de Adm. e Fifianços

Secretario de Adm. e Fifianças Decreta: 01/05- CRA-BA: 12100